


Uma aula de finanças públicas

O RN + Fácil foi desenvolvido para ajudar a população em geral a entender os números fiscais do Estado.


O Balanço Geral, entregue aos órgãos de controle, é uma peça técnica que muitas vezes é de difícil compreensão pela população.

Em 2019, temos a história da professora Poti que tira as dúvidas do seu aplicado aluno Zé. Tudo de maneira lúdica e bem divertida.

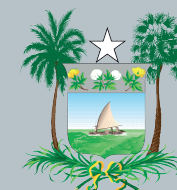
Bom estudo e divirta-se!



Olá, eu sou a professora Poti e vou explicar um pouco sobre a Gestão do RN.



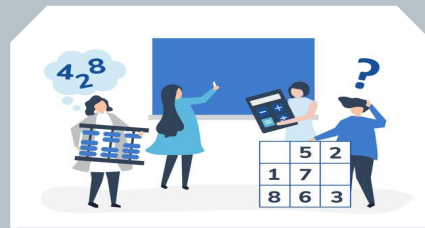
Oi, eu sou o Zé e vou prestar atenção aos ensinamentos da professora.



RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
E DAS FINANÇAS – SEPLAN

RN
+
FÁCIL



*Governadora do Estado:
Mária de Fátima Bezerra*

*Vice-Governador do Estado:
Antenor Roberto Soares de Medeiros*

*Secretário de Estado de Planejamento e das Finanças:
José Aldemir Freire*

*Controlador Geral do Estado:
Pedro Lopes de Araújo Neto*



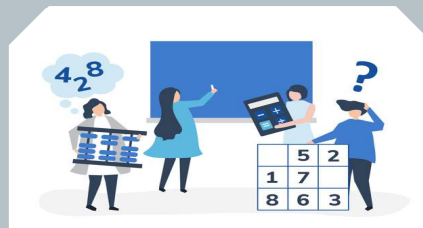
RIO GRANDE DO NORTE

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
E DAS FINANÇAS – SEPLAN

2019

RN
+
FÁCIL

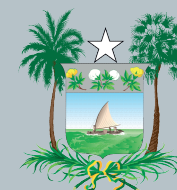


Criação: Coordenadoria de Contabilidade Geral do Estado

Texto: Flávio George Rocha

Estrutura e Montagem: Mariana Oliveira Forte

*Apoio: Edilson Lobo de Medeiros Júnior
Sergio Vilar*



RIO GRANDE DO NORTE

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
E DAS FINANÇAS – SEPLAN

2019


RN + FÁCIL




Plano de Aula:

- 1. Orçamento Público;*
- 2. Receita Pública;*
- 3. Despesa Pública;*
- 4. Superávit/Déficit;*
- 5. Saúde / Educação / Segurança / Previdência;*
- 6. Gasto com Pessoal;*
- 7. Dívida Pública;*
- 8. Resultado Primário e Resultado Nominal;*
- 9. Resuminho dos números fiscais do Estado;*
- 10. Controle e Transparência*

○ Orçamento Público




Zé, você sabe o que é o orçamento público?



Sei não prof^a., a senhora me explica?

Claro! Todo ano o Executivo manda um projeto de lei para a Assembleia Legislativa com o valor das receitas que espera arrecadar e das despesas que precisa realizar para a saúde, educação, segurança, por exemplo, funcionarem.



A Assembleia aprova a estimativa da receita para o ano seguinte e as despesas que o Executivo vai poder gastar.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2019 é a Lei Estadual nº 10.475 de 18 de janeiro de 2019

O Orçamento Público

Oxente, prof^a. Poti! Então, o orçamento é o que o governo espera arrecadar e o que vai gastar no ano seguinte?



Isso Zé! Na Administração Pública, esse planejamento é uma Lei, conhecida como LOA.



Ah! Eu também faço isso! Pego o meu salário e distribuo com o meu gasto com a feira, aluguel, luz, água, etc.



R\$ 12,017 bilhões foi a receita prevista para o ano de 2019

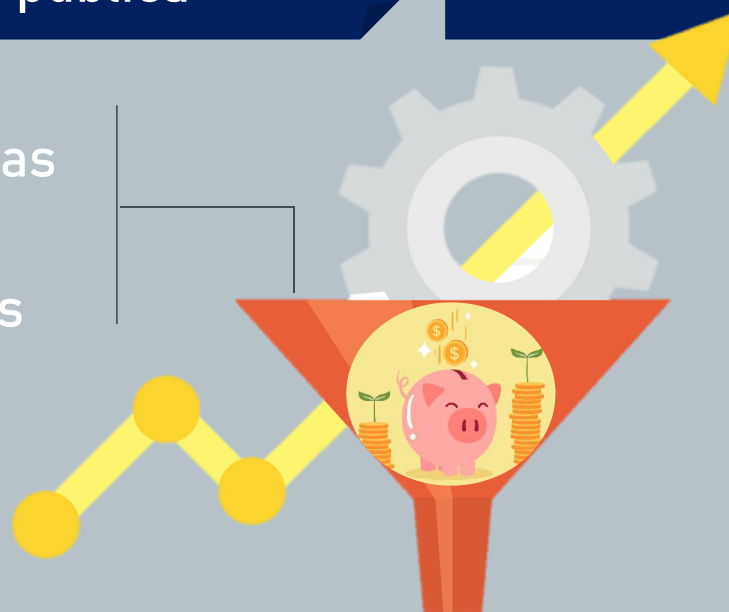
=

R\$ 12,017 bilhões foi a despesa fixada para o ano de 2019

Receita é todo dinheiro que entra nos cofres públicos para financiar uma despesa pública

Despesa é todo dinheiro que sai dos cofres públicos necessário para prestar um serviço à sociedade.

Impostos
Transferências
Doações
Empréstimos



Receita Pública



Profª. Poti, tudo que entra nos cofres públicos é receita?

Tudo que entra e que o Estado pode usar é receita. A gente divide em dois grandes grupos: receitas correntes e receitas de capital

Nem tudo que entra nos cofres públicos pode ser usado. Nesses casos, dizemos que o ingresso é extraorçamentário, como cauções, depósitos de terceiros, etc.



Receitas correntes são aquelas receitas do dia a dia do órgão, como os impostos, as taxas, as transferências legais recebidas, etc.

Receitas de capital são aquelas receitas eventuais, como os empréstimos tomados, as vendas de bens pertencentes ao Estado como veículos, imóveis, etc.

Receita Pública

Profª., quanto o Estado arrecadou daquilo que estava previsto?



Excelente pergunta! Vamos ver no quadro abaixo as principais receitas correntes arrecadadas pelo Estado.



Impostos e Taxas: R\$ 4,838 bilhões
Contribuições ao Regime de Previdência: R\$ 1,757 bilhão
Transferências Correntes: R\$ 4,884 bilhões
Demais receitas Correntes: R\$ 0,575 bilhão

TOTAL RECEITAS CORRENTES ARRECADADAS: R\$ 12,054 bilhões.

Receita Pública



Abaixo segue a arrecadação das receitas de capital.

Operações de Crédito : R\$ 0,271 bilhão
Transferências de Capital: R\$ 0,111 bilhão
Outras Receitas de Capital: R\$ 0,030 bilhão

**TOTAL RECEITAS DE CAPITAL
ARRECADADAS: R\$ 0,412 bilhão.**

Operações de crédito são os empréstimos contraídos pelo Estado com as instituições financeiras.

Transferências de capital são os valores recebidos de outros entes para obras, compra de veículos, equipamentos, etc.

Receita Pública



E o quadro abaixo resume o total da receita arrecadada pelo Estado.

Receita Corrente Arrecadada: R\$ 12,055 bilhões

Receita de Capital Arrecadada: R\$ 0,412 bilhão

TOTAL ARRECADADO PELO ESTADO: R\$ 12,466 bilhões

Receita Pública



Prof^a., então o Estado arrecadou mais do que estava previsto? Isso pode?



Bem observado, Zé! Isso pode e é muito bom! A gente chama de excesso de arrecadação. Veja o quadro abaixo

Receita Total Prevista: R\$ 12,017 bilhões

Receita Total Arrecadada: R\$ 12,466 bilhões

Excesso de Arrecadação: R\$ 0,449 bilhão

Receita Pública



Professora, vi na sua explicação que as principais receitas são de impostos e de transferências. Não entendi muito bem.



Zé, vejamos como são compostas essas receitas.

Receita de ICMS: R\$ 5,587 bilhões
Receita de IPVA: R\$ 0,405 bilhão
Receita de IRRF: R\$ 0,653 bilhão
Demais Imp. e Taxas: R\$ 0,653 bilhão

TOTAL BRUTO: R\$ 7,298 bilhões

TOTAL BRUTO: R\$ 7,298 bilhões

(-) Repasse Municípios: R\$ 1,583 bilhão

(-) Repasse ao Fundeb: R\$ 0,877 bilhão

TOTAL LÍQUIDO: R\$ 4,838 bilhões

Receita Pública



Prof^a. Poti, e as transferências?



As transferências são divididas em constitucionais/legais e as voluntárias (como os convênios).

Receita do FPE: R\$ 4,071 bilhões
Outras Transf. Legais: R\$ 0,762 bilhão
Receita do FUNDEB: R\$ 0,897 bilhão
Transf. Voluntárias: R\$ 0,001 bilhão

TOTAL BRUTO: R\$ 5,731 bilhões

TOTAL BRUTO: R\$ 5,731 bilhões

(-) Repasse Municípios: R\$ 0,032 bilhão
(-) Repasse ao Fundeb: R\$ 0,815 bilhão

TOTAL LÍQUIDO: R\$ 4,884 bilhões

Receita Pública



Profª. Poti,
observei que o
Estado faz
repasso aos
Municípios.
Como isso
funciona?



Bem observado! Parcela do ICMS,
do IPVA, IPI-exportação, CIDE e
Royalties que são arrecadados
pelo Estado são repassados aos
Municípios. Veja abaixo.

Repasso aos Municípios: R\$ 1,615 bilhão:

ICMS: R\$ 1,391 bilhão

IPVA: R\$ 0,192 bilhão

IPI-exportação: R\$ 0,001 bilhão

CIDE: R\$ 0,004 bilhão

Royalties: R\$ 0,027 bilhão

Receita Pública

Interessante!
Quer dizer que o meu IPVA e o ICMS da empresa também vão para os Municípios?



Isso mesmo! Por isso a importância de o emplacamento estar em dia e de pedir a nota fiscal em todas as compras que você faz.

Inclusive tem aquele programa do governo que incentiva a gente a pedir a nota fiscal, concorrendo a prêmios.




Só em 2019 a Nota Potiguar distribuiu mais de 1 (um) milhão de reais em prêmios!




Exato Zé! A NOTA POTIGUAR. Cada vez que você solicita a nota é bom para você e para o Estado.

Receita Pública



Prof^a. Poti, e como funciona o FUNDEB?
Vi que o Estado manda recurso para o Fundo e ele volta.
É isso mesmo?



Parabéns Zé! Você tá prestando atenção. O Estado manda 20% do ICMS, ITCD, IPVA, FPE e do IPI-exportação para o FUNDEB e recebe de volta de acordo com o número de alunos matriculados

O FUNDEB é um fundo de natureza Estadual, portanto, aquilo que o Estado perdeu em 2019 (R\$ 0,795 bilhão) foi distribuído para a rede municipal de ensino do RN.

Repasse ao FUNDEB: R\$ 1,691 bilhão
Receita do retorno do FUNDEB: R\$ 0,897 bilhão
Rendimentos do FUNDEB: R\$ 0,01 bilhão

Resultado Líquido do FUNDEB: -R\$ 0,795 bilhão

Receita Pública



Profª. Poti, eu vi no jornal esses dias, sobre Receita Corrente Líquida. A senhora pode explicar?



Zé, a Receita Corrente Líquida (RCL) é um importante indicador que foi criado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e é o parâmetro para fixar limites para despesa de pessoal, dívida pública e outras.

A RCL é o somatório de todas as receitas correntes arrecadadas no período, deduzido do repasse aos municípios, do repasse ao Fundeb, da contribuição do servidor ao regime próprio de previdência e da compensação financeira entre os regimes de previdência

Receita Corrente Líquida 2019: R\$ 10,178 bilhões

Receita Corrente Líquida 2018: R\$ 9,534 bilhões

Acréscimo de 6,75%

Receita Pública



Zé, outro indicador importante da receita é a receita resultante de impostos e transferências (RLIT), que é base para a aplicação dos gastos de saúde e educação



Interessante. Então a base para a saúde e educação é essa tal de RLIT, que é diferente da RCL. Taí gostei!!!!



A RLIT é o valor arrecadado de ICMS, IPVA, ITCD, IRRF, Cota Parte FPE, IPI Exportação deduzido do valor que é repassado aos municípios.

Rec. Líq. de Imp. e Transf. 2019: R\$ 9,310 bilhões

Rec. Líq. de Imp. e Transf. 2018: R\$ 8,615 bilhões

Acréscimo de 8,07%

Despesa Pública



Zé, agora que você sabe muita coisa sobre receita pública, vamos conversar sobre a despesa?



Vamos sim prof.^a, não vejo a hora de aprender sobre despesa pública.



Tudo aquilo que o Estado gasta na prestação de serviços públicos chamamos de despesa pública. A gente classifica em dois grandes grupos: corrente e capital.



Vixe! Já vi que é igual a receita, ou seja, pode ser corrente e capital. O que são despesas correntes e despesas de capital?

Despesa Pública



As despesas correntes são as despesas do dia a dia, como pagamento de salários, água, luz, aluguel, telefone. As despesas capital são as compras de carros, máquinas, imóveis, pagamento de empréstimos, etc.



Hum! Então quando eu pago minhas contas do dia a dia eu chamo de despesa corrente. Quando eu quero investir, chamo de despesa de capital?

Despesas correntes são aquelas despesas do dia a dia do órgão, como a folha de pagamento e seu custeio, além dos juros da dívida pública.

Despesas de capital são aquelas despesas com a compra de bens móveis, imóveis, pagamento da dívida pública.



Isso mesmo!
Muito bom Zé!



Despesa Pública



Zé, preste muita atenção agora. A despesa pública até sair do caixa passa por algumas etapas: a etapa do empenho, da liquidação e a etapa final do pagamento.



Vixe prof.^a! Agora complicou de verdade. Tem como a senhora me explicar melhor?



Claro Zé! Toda despesa começa com o orçamento aprovado. Quando o governante quer fazer uma compra ele precisa reservar um orçamento pra isso. A essa reserva, chamamos de empenho.



Entendi. Quando dizemos que uma despesa foi empenhada, quer dizer que foi reservada uma parte do orçamento para a despesa.

Despesa Pública



Isso. Depois que o fornecedor entrega o serviço ou o produto comprado, o gestor público confere se tá tudo certinho e faz a segunda etapa que é a liquidação.



Após a liquidação, a despesa está pronta para ser paga. Viu como é simples?



Fácil demais prof^a.
Aliás, além de ser fácil, não é difícil.



Empenhar a despesa significa dizer que ela está autorizada, pois tem orçamento para que ela seja executada. É vedado iniciar uma despesa sem empenho.

A liquidação da despesa é observar se o fornecedor cumpriu com todas as cláusulas do contrato e está em condições de receber pelo produto/serviço.

O pagamento é a entrega do dinheiro ao fornecedor. Somente poderá ser paga uma despesa após sua liquidação.

Despesa Pública



Agora que você entendeu o funcionamento da despesa pública, vamos aos números. Observe bem o quadro abaixo e qualquer dúvida, pergunte.



Vamos lá prof^a. , que estou gostando muito do assunto.

<i>Despesa Pública</i>	<i>Dotação Atualizada</i>	<i>Empenho</i>	<i>Liquidação</i>	<i>Pagamento</i>
<i>Despesa Corrente</i>	<i>R\$ 13,119 bilhões</i>	<i>R\$ 12,280 bilhões</i>	<i>R\$ 11,455 bilhões</i>	<i>R\$ 10,682 bilhões</i>
<i>Despesa de Capital</i>	<i>R\$ 2,187 bilhões</i>	<i>R\$ 1,084 bilhão</i>	<i>R\$ 0,837 bilhão</i>	<i>R\$ 0,814 bilhão</i>
<i>Total</i>	<i>R\$ 15,306 bilhões</i>	<i>R\$ 13,364 bilhões</i>	<i>R\$ 12,292 bilhões</i>	<i>R\$ 11,496 bilhões</i>

Despesa Pública



Zé, vamos ver agora como se comportaram as despesas correntes de 2019. Você lembra quais são?



Claro! As despesas correntes são o pagamento do funcionalismo, a água, a luz, telefone, aluguel, etc.

<i>Despesa Corrente</i>	<i>Dotação Atualizada</i>	<i>Empenho</i>	<i>Liquidação</i>	<i>Pagamento</i>
<i>Pessoal e Encargos</i>	<i>R\$ 10,221 bilhões</i>	<i>R\$ 10,010 bilhões</i>	<i>R\$ 9,354 bilhões</i>	<i>R\$ 8,758 bilhões</i>
<i>Juros da Dívida</i>	<i>R\$ 0,145 bilhão</i>	<i>R\$ 0,061 bilhão</i>	<i>R\$ 0,061 bilhão</i>	<i>R\$ 0,061 bilhão</i>
<i>Demais Custeios</i>	<i>R\$ 2,753 bilhões</i>	<i>R\$ 2,209 bilhões</i>	<i>R\$ 2,040 bilhões</i>	<i>R\$ 1,863 bilhão</i>
<i>Total</i>	<i>R\$ 13,119 bilhões</i>	<i>R\$ 12,280 bilhões</i>	<i>R\$ 11,455 bilhões</i>	<i>R\$ 10,682 bilhões</i>



Despesa Pública

Zé, finalmente vamos apresentar como se comportaram as despesas de capital.



Isso. Eu sei que as despesas de capital, são as obras, os veículos, as máquinas, os empréstimos que eu pago.

<i>Despesa de Capital</i>	<i>Dotação Atualizada</i>	<i>Empenho</i>	<i>Liquidação</i>	<i>Pagamento</i>
<i>Investimentos</i>	<i>R\$ 1,650 bilhão</i>	<i>R\$ 0,682 bilhão</i>	<i>R\$ 0,483 bilhão</i>	<i>R\$ 0,460 bilhão</i>
<i>Inversões Financeiras</i>	<i>R\$ 0,300 bilhão</i>	<i>R\$ 0,216 bilhão</i>	<i>R\$ 0,215 bilhão</i>	<i>R\$ 0,215 bilhão</i>
<i>Amortização da Dívida</i>	<i>R\$ 0,237 bilhão</i>	<i>R\$ 0,186 bilhão</i>	<i>R\$ 0,139 bilhão</i>	<i>R\$ 0,139 bilhão</i>
<i>Total</i>	<i>R\$ 2,187 bilhões</i>	<i>R\$ 1,084 bilhão</i>	<i>R\$ 0,837 bilhão</i>	<i>R\$ 0,814 bilhão</i>

Despesa Pública



Profª. do céu! Agora fiquei com um monte de dúvidas. Que danado são essas inversões financeiras?



Zé, se você tem dúvidas é porque tá entendendo. As inversões financeiras são as compras de bens já em uso ou quando o Estado aumenta o capital de suas empresas e outras despesas que não se enquadrem como investimentos.

Inversões financeiras são despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.

Despesa Pública



Mais uma dúvida prof^a., vi que tem despesas corrente e capital que foram empenhadas, mas não foram pagas. Pode isso?



Pode sim Zé! A regra é clara. As despesas que foram empenhadas e não foram pagas são inscritas em restos a pagar. Ou seja, a despesa consumiu o orçamento que tinha para o ano, mas não saiu o dinheiro.

Segundo a Lei 4.320, as despesas empenhadas e não pagas até 31/12 são inscritas em restos a pagar, distinguindo-se as processadas (empenhadas e liquidadas) das não processadas (empenhadas e não liquidadas).

Restos a Pagar Processados: R\$ 0,796 bilhão

Restos a Pagar Não Processados: 1,072 bilhão

Total de Restos a Pagar Inscritos: R\$ 1,868 bilhão

Despesa Pública



Minha última dúvida, por enquanto. Vi que o orçamento da despesa era R\$ 12,017 bilhões na LOA, mas a senhora colocou que a dotação atualizada foi de R\$ 15,306 bilhões. Como é possível?



Mas como você é atento, Zé! Isso é legal. O orçamento fixa quanto o ente vai poder gastar. Porém, durante ano ocorrem situações não previstas que fazem com que o orçamento seja modificado. Então, temos os créditos adicionais. Tudo aprovado por lei.

Nenhuma despesa pública pode ser realizada sem prévia autorização em lei. Quer seja na lei do orçamento, quer seja nas leis de créditos adicionais.

Os créditos adicionais são despesas não computadas ou insuficientemente fixadas no orçamento. Podem ser de 3 tipos: suplementares, especiais e extraordinários.

Despesa Pública



Zé, olha só! A gente pode acompanhar também quanto cada área do governo gastou no ano. É a classificação por função. Vamos ver?



Opa! Excelente! Vamos ver sim. A partir de agora vou sempre acompanhar quanto o governo está gastando em cada área de sua atuação.

Previdência: R\$ 4,882 bilhões

Educação: R\$ 1,649 bilhão

Saúde: R\$ 1,539 bilhão

Segurança Pública: 1,372 bilhão

Judiciária: R\$ 0,982 bilhão

Administração: R\$ 0,805 bilhão

Legislativa: R\$ 0,400 bilhão

Demais Funções: R\$ 1,795 bilhão

TOTAL DAS DESPESAS: R\$ 13,364 bilhões

Superávit/Déficit Orçamentário



Zé, você já aprendeu muitas coisas sobre a gestão pública do RN. Orçamento, receita, despesa, restos a pagar. Agora vamos trabalhar um conceito novo: superávit ou déficit orçamentário.



Legal prof^{a.}, sempre é bom aprender coisas novas. Estou vendo que acompanhar a gestão do meu Estado é fácil e legal.



Então, vamos lá! Todo ano os gestores precisam prestar contas sobre a sua execução do orçamento. Ao final, o ente pode ter tido superávit ou déficit. Essa informação você encontra no Balanço Orçamentário.



Interessante! Quer dizer que temos um demonstrativo próprio pra ver a execução orçamentária?

Superávit/Déficit Orçamentário



Isso mesmo. É o Balanço Orçamentário, anexo 12 da Lei 4.320. Nele você observa as receitas que foram arrecadadas e as despesas que foram realizadas em todas as suas etapas.



Toda vez que a receita arrecadada é maior que a despesa empenhada, dizemos que houve um superávit. Caso contrário, houve déficit.

Receita Arrecadada: R\$ 12,466 bilhões

Despesas Empenhadas: R\$ 13,364 bilhões

Déficit Orçamentário: R\$ 0,898 bilhão

O balanço orçamentário é publicado bimestralmente no relatório resumido da execução orçamentária e anualmente na prestação de contas. O resultado orçamentário (superávit/déficit) não se confunde com o resultado financeiro (aumento/redução de caixa).

Superávit/Déficit Orçamentário



Profª. do céu! O que significa esse déficit de R\$ 898 milhões!! Isso é ruim? Qual a consequência disso?



Preocupante, né Zé! Você deve ter ouvido falar que o Governo decretou calamidade financeira no ano de 2019. E como você vê a situação não está muito boa! O déficit significa dizer que as despesas do ano não estão cabendo nas receitas.

A consequência é que receitas futuras precisarão cobrir despesas passadas. Para que isso ocorra e o Estado não prejudique a qualidade dos serviços no futuro, precisa ter um aumento permanente de receitas e controlar o crescimento da despesa.



Gastos com Saúde



Profª. Poti, a gente sempre ouve falar que o Estado tem um valor mínimo para aplicar em saúde. É isso mesmo?

Excelente pergunta Zé! Anualmente, o Estado deve aplicar, no mínimo, 12% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT). Essa obrigação é constitucional. E pasmem, em 2018 não foi aplicado!



Não aplicou!



Rec. Líq. de Impostos e Transferências: R\$ 9,310 bilhões

Despesas Saúde para Fins de limite: R\$ 1,139 bilhão

Percentual de Aplicação: 12,23%



Em 2018, a aplicação em saúde alcançou apenas 10,12% da Receita Líquida de Impostos e Transferências do período, não alcançando o mínimo constitucional.



Gastos com Educação



Prof^{a.}, a questão do mínimo constitucional também vale para os gastos com educação, né?

Sim! Para a educação, o mínimo a ser aplicado é de 25% da RLIT. E lembra do retorno do Fundeb? Ele vem 100% destinado à educação, sendo no mínimo 60% para a remuneração do magistério e no máximo de 40% para os demais custeios.



Rec. Líq. de Impostos e Transferências: R\$ 9,310 bilhões

Despesas Educação para Fins de limite: R\$ 2,329 bilhões

Percentual de Aplicação: 25,01%



Em 2018, a aplicação em educação alcançou 26,08% da Receita Líquida de Impostos e Transferências do Período, o que totalizou R\$ 2,247 bilhões.



Gastos com Segurança



Profª., a segurança pública tem garantida um mínimo de recursos, como tem a saúde e a educação?

Tem sim Zé! Mas é bom falar que é uma particularidade do Estado do RN, ou seja, não são todos os estados que têm um valor mínimo a ser aplicado nas ações de segurança pública. Aqui, o mínimo é 9,5% da Receita Corrente Líquida.



Receita Corrente Líquida: R\$ 10,178 bilhões

Despesas Segurança para Fins de limite: R\$ 1,091 bilhão

Percentual de Aplicação: 10,71%



Regime Próprio de Previdência



Durante todo o ano de 2019 fiquei escutando os telejornais falarem do déficit da previdência. No RN a situação é a mesma?



Que excelente tema para discussão, hein Zé! A previdência é uma problema nacional e aqui não poderia ser diferente. Lembra qual era a função de governo que o Estado mais gastava?
PREVIDÊNCIA!

A previdência tem duas fontes básicas de arrecadação: desconto dos segurados e a contribuição patronal, que é o governo do Estado. Ela arrecada esses recursos e paga os aposentados e os pensionistas.

Quando o dinheiro arrecadado é insuficiente para honrar com a folha de pagamento dos aposentados e pensionistas, o Tesouro do Estado faz o repasse para completar. Esse repasse é conhecido como déficit financeiro.

Em 2019, o déficit financeiro do regime próprio de previdência totalizou R\$ 1,570 bilhão, o que representou 15,4% da RCL.



Regime Próprio de Previdência



Nossa! R\$ 1,570 bilhão de déficit por ano! Deve ser por isso que tanto se fala de reforma da previdência.



Exatamente Zé! A reforma da previdência é necessária para que minimizemos esse déficit anual e que possa sobrar mais recursos para se aplicar em outras áreas.

Além do déficit financeiro, sempre é importante fazer a avaliação atuarial do regime, ou seja, receitas e despesas futuras trazidas a valor presente. A última avaliação atuarial apontou um déficit atuarial de R\$ 61,750 bilhões.

Em suma, se não fizermos uma reforma da previdência iremos nos próximos 75 anos ter que desembolsar aproximadamente R\$ 61,750 bilhões para cobrir os déficits financeiros.



Gastos com Pessoal



Profª. Poti, vi em um telejornal que o RN tem um dos maiores gastos com pessoal do país. Isso é verdade?



Verdade sim. Sempre é bom informar que o déficit financeiro que vimos na previdência pressiona bastante o gasto com pessoal, pois são computados ativos, inativos e pensionistas.



Vixe! Então não é só o que é pago para o pessoal que está trabalhando? Contam também os que estão aposentados e os pensionistas?

Todos os ativos mais os encargos patronais (previdência + FGTS) e ainda inativos e pensionistas que são pagos pelo Tesouro, ou seja, o déficit financeiro que vimos.



Gastos com Pessoal



Vejam os abaixo, quanto o Poder Executivo gastou com pessoal, de acordo com os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.



Para mudar esse cenário, teríamos que ter um crescimento permanente da receita corrente em percentual maior que o crescimento do gasto com pessoal. A reforma da previdência ajudará.

Total dos Gastos com Pessoal : R\$ 5,787 bilhões

RCL para Fins de Gasto com Pessoal: R\$ 9,557 bilhões

Percentual do Gasto com Pessoal do Executivo: 60,56%



Limites Legais de Gasto com Pessoal (LRF):

Poder Executivo: 49%

Poder Judiciário: 6%

Poder Legislativo, incluindo TCE: 3%

Ministério Público: 2%

Total para o Estado: 60%

Dívida Pública



Zé, você sabia que, diferente do gasto com pessoal, o RN tem um baixíssimo endividamento? Um dos menores do país!



Sério prof^a.!? E isso é bom?

É bom, pois o Estado tem limite pra se endividar. Porém precisa tomar cuidado pra não tornar o endividamento mais um problema no futuro.



Total da Dívida Consolidada Líquida: R\$ 3,352 bilhões

RCL para Fins da Dívida Pública: R\$ 10,178 bilhões

Percentual da Dívida Pública: 31,96%



Limites Legais de Dívida Pública (LRF):

Limite Legal: 200%

Resultado Primário e Nominal



Zé, outros dois indicadores importantes da gestão são os resultados primário e nominal.



E o que são esses resultados prof^a. Poti?

Bom, o resultado primário é o esforço fiscal feito para controlar o crescimento da dívida. E o resultado nominal representa a variação da dívida no período.



Vixe! Agora complicou. Explique melhor prof^a.



Resultado Primário e Nominal



Vamos lá! Você tem um salário de R\$ 1.500,00. Aí você gasta 500,00 de aluguel, R\$ 300,00 de água, luz e telefone, R\$ 600,00 de alimentação. Então seu resultado primário foi de R\$ 100,00 ($R\$ 1.500 - R\$ 500 - R\$ 300 - R\$ 600$)



Entendi. Se eu gastasse mais do que ganhasse ia ter que pedir emprestado e pagaria juros. E esses juros iria comprometer parte do meu salário no futuro.

Por isso que um resultado primário dentro da meta estabelecida controla o crescimento da dívida pública.



Isso mesmo, por isso a LRF manda estabelecer metas de resultado primário e nominal. Essas metas são fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Resultado Primário e Nominal





Bom! Agora que você entendeu, vamos ver se o Estado conseguiu alcançar as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.



Opa! Vamos lá prof^a. Poti.



	<i>Meta LDO</i>	<i>Resultado Alcançado</i>	
<i>Resultado Primário</i>	- R\$ 0,246 bilhão	R\$ 0,644 bilhão	
<i>Resultado Nominal</i>	R\$ 0,026 bilhão	R\$ 0,366 bilhão	

Resuminho dos Números Fiscais



Zé, agora você conhece os principais números do Estado e para você não esquecer, vou fazer um quadro resumindo tudinho.



Que legal prof^a.! Assim vai ficar mais fácil de eu assimilar o conteúdo.

Receita Arrecadada: R\$ 12,466 bilhões
Despesa Empenhada: R\$ 13,364 bilhões
Déficit Orçamentário: R\$ 0,899 bilhão
Restos a Pagar: R\$ 1,868 bilhão

Déficit Financ. da Previd.: R\$ 1,570 bilhão
Déficit Atuarial da Previd.: R\$ 61,750 bilhões
RCL: R\$ 10,178 bilhões
RLIT: R\$ 9,310 bilhões

Percentual da Saúde: 12,23%
Percentual da Educação: 25,01%
Percentual da Segurança: 10,71%

Percentual do Gasto de Pessoal: 60,56%
Percentual da Dívida Pública: 31,96%
Resultado Primário: R\$ 0,644 bilhão
Resultado Nominal: R\$ 0,366 bilhão

Controle e Transparência



Profª. Poti, quem fiscaliza o orçamento do Estado e os gastos públicos?



Excelente pergunta Zé! Existe o controle interno, que é realizado pela Controladoria Geral do Estado (Control), que é o órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo.

O controle interno é o conjunto de procedimentos que visam salvaguardar os bens da administração pública.

Controladoria Geral

[Instituição](#)[Notícias](#)[Legislações](#)[Certidões](#)[Convênios](#)[Orientações](#)[Balancos](#)[Demonstrativos Fiscais](#)[Auditorias](#)[Fale conosco](#)

Controle e Transparência



Então deixa ver se eu entendi. O controle interno é realizado pela Controladoria Geral do Estado? E o controle Externo?



Isso mesmo. O titular do Controle Externo é o Poder Legislativo, que tem um órgão auxiliar muito importante para essa atribuição, que é o Tribunal de Contas do Estado

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e de todas as entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade, assim como a aplicação das subvenções e renúncias de receitas, é exercida pela Assembleia Legislativa, mediante o controle externo e pelo sistema de controle interno de cada um dos Poderes. (art. 52 da Constituição)

The screenshot shows the website for the Rio Grande do Norte Assembleia Legislativa and Tribunal de Contas do Estado. The top section features the state coat of arms and the text "Rio Grande do Norte Assembleia Legislativa". Below this is a search bar labeled "BUSCAR NO PORTAL" and social media icons for WhatsApp, Twitter, Facebook, YouTube, and Instagram. A navigation menu includes links for ASSEMBLEIA, DEPUTADOS, ATIVIDADES, LEGISLAÇÃO, PROJETOS, COMUNICAÇÃO, LICITAÇÃO, and CONTATO. The bottom section is a dark green banner for the "TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO RIO GRANDE DO NORTE", with icons for Twitter, Instagram, Facebook, Ouvidoria, Denúncias, Contatos, and Fale Conosco. At the very bottom, there is a row of buttons for Inicial, Institucional, MP/TCE, Escola de Contas, Corregedoria, Conju, Sustentabilidade, Contraste, Aumentar Fonte, and Só texto.

Controle e Transparência



Zé, além do controle interno e externo é muito importante a participação ativa da sociedade. É o que chamamos de controle social.



Sério prof^a.!? E como nós podemos fazer isso?



A sociedade pode acompanhar todos os atos de gestão da administração pública, por meio dos canais de transparência, sendo o principal deles o Portal da Transparência.

O portal da transparência pode ser acessado no endereço www.transparencia.rn.gov.br



Conclusões



Zé, chegamos ao final de nossa aula. Espero que você tenha gostado e que você possa a partir de agora acompanhar mais de perto as finanças do Estado. E desejo que você seja um multiplicador de informações junto à sua família e seus amigos.



Prof^a. Poti, muito obrigado! Foi tudo muito esclarecedor. Pode deixar que vou acompanhar e fiscalizar muito mais os atos do governo e serei um multiplicador daquilo que aprendi com a senhora.